



ROMPER A “UNIDADE NACIONAL” DE MARCELO!

Por um programa de luta pelo socialismo!



**TENTATIVA DE GOLPE DE
ESTADO NOS EUA.**

P. 6

Presidenciais

Romper com a “unidade

É necessária uma esquerda com um programa de luta pelo socialismo!

As eleições presidenciais de 2021 realizam-se no contexto de uma crise mundial do capitalismo que só pode ser comparada à década de 30 do século passado, e que mostra como a doença deste sistema se tornou crónica. À extrema gravidade que alcançaram as contradições económicas, correspondem políticas dos governos capitalistas que procuram preservar não só os lucros da classe dominante como o próprio sistema: a destruição acelerada de todas as estruturas de proteção social, com cortes nos serviços públicos e privatizações selváticas, contra-reformas na lei laboral, endurecimento da repressão... Políticas aplicadas à escala internacional. Na Europa, é patente como os mais variados Estados e governos, não obstante todas as suas diferenças superficiais, seguem esta mesma linha. Entre o governo de coligação de esquerda PSOE-UP no Estado espanhol ao governo conservador em Inglaterra, passando pelo governo PS em Portugal, bloco central na Alemanha e pelo governo da direita em França, há uma continuidade. Em todas as questões de fundo, agravadas pela pandemia, os interesses dos capitalistas são zelosamente protegidos pelo Estado, enquanto a classe trabalhadora é abandonada às consequências da crise e das políticas capitalistas, e antes de mais atingida por despedimentos massivos e por milhares de mortes direta e indiretamente causadas pela covid-19.

A resposta da classe trabalhadora e dos oprimidos faz-se sentir igualmente à escala mundial, com sublevações por todo o mundo — Chile, Bolívia, Indonésia, Índia, Nigéria, Líbano, Bielorrússia, Polónia... A crise da democracia burguesa teve uma das suas ilustrações mais nítidas e impactantes na maior potência mundial, com uma autêntica sublevação de massas estado-unidenses contra o racismo, a repressão e a exploração, a derrota de Trump nas mais polarizadas eleições da história do país e, em seguida, um *putsch* realizado com a invasão

do Capitólio por inumeráveis bandos da extrema-direita trumpista.

Para nós, marxistas, é impossível compreender adequadamente as eleições em Portugal sem começar por deixar bem claro este pano de fundo: vivemos uma época de revolução e contra-revolução. Portugal é atravessado exactamente pelas mesmas contradições que o resto do globo, e a burguesia portuguesa prepara-se, e prepara o seu aparelho de Estado, para um embate frontal com a classe trabalhadora. Nesse aparelho de Estado, a figura do presidente joga, no contexto de crescente polarização social, um papel cada vez mais central de estabilização do sistema. Marcelo, que nas suas palavras é “o presidente de todos os portugueses”, está a elevar-se acima das classes em luta, ou seja, a adquirir crescentemente um carácter bonapartista.

O presidente da burguesia

A experiência histórica demonstra para lá de qualquer dúvida que a imparcialidade é impossível numa sociedade de classes. Toda esta experiência não impede, contudo, que Marcelo Rebelo de Sousa se apresente como uma autoridade neutra que zela pela constituição e pela democracia.

Ora, quem Marcelo foi antes de ascender ao cargo político mais importante da república é bem conhecido. Nascido em berço de ouro, filho de Baltasar Rebelo de Sousa — que depois de ser Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, ascendeu a secretário de Estado e, finalmente, a ministro fascista —, baptizado em homenagem ao ditador Marcello Caetano (amigo de família), confesso admirador de Salazar na sua juventude, opositor da Revolução e fundador do PSD ao lado de Pinto Balsemão, defensor acérrimo da Igreja católica, conservador e membro de sociedades monarquistas até à data da sua eleição co-

mo presidente. Marcelo é desde pequeno um partidário da propriedade e dos privilégios da classe dominante, além de ser um menino mimado dessa classe. Tão mais necessário, por isso mesmo, se torna o seu discurso constitucionalista e democrático. Ainda assim, os factos são teimosos. O mandato presidencial que agora termina foi pejado de momentos que expuseram as suas verdadeiras lealdades.

Os resgates à banca, nomeadamente ao Banif e ao Novo Banco, contaram com o seu apoio ativo — enquanto o investimento público caía e as famílias trabalhadoras ficavam com cada vez pior saúde e educação, Marcelo presidia ao desvio de milhares de milhões de euros dos cofres do Estado para os gordos bolsos dos seus amigos banqueiros.

Da mesma forma, durante os choques parlamentares que se deram sobre a lei de bases da saúde, Marcelo foi um ponto de apoio indispensável à direita e ao próprio PS para garantir os interesses do capital no setor da saúde. E o mesmo pode ser dito sobre a educação e todos os serviços públicos.

As mais importantes greves dos últimos cinco anos, como as dos operários da Autoeuropa, as dos estivadores de vários portos, as dos enfermeiros do SNS ou as dos motoristas de matérias perigosas, foram aberta e inequivocamente atacadas pelo presidente. Os maiores afetos marcelistas foram sempre dedicados aos patrões, os seus irmãos de classe. O presidente considerou “intolerável” que não fossem acatadas as requisições civis contra as greves, acionada repetidas vezes, sempre com o seu apoio e com as suas justificações jurídicas. A partir do Palácio de Belém, em estreita articulação com o Palácio de São Bento e o grande capital da comunicação social, o chefe de Estado não só apoiou como orientou e dirigiu as campanhas de difamação contra os trabalhadores em greve.

Isto bastaria para se entender quem serve realmente este presidente, mas não é tudo: o machismo e os números crescentes e indignantes de feminicídios, o racismo e repetidos assassinatos racistas, e, acima de tudo, a pandemia de covid-19 — cada nova complicação exigiu maiores e mais habilidosas manobras de Marcelo.

A forma como o presidente lidou com a violência racista e com a extrema-direita merece a maior atenção de toda a esquerda. O racismo brutal sob o qual vivem negros, ciganos e também várias comunidades imigrantes em Portugal não é recente. Contudo, a crescente polarização social, a entrada de uma enorme massa de jovens na política durante os últimos anos — e especialmente de jovens negros dos bairros periféricos de Lisboa —, e a viragem à esquerda desta juventude, de importantes sectores da classe trabalhadora e das mulheres, significou um salto qualitativo na luta de massas contra o racismo. Nos últimos dois anos, pudemos ver claramente as implicações desse salto, expressado em grandes manifestações anti-racistas, entre as quais se destaca a multitudinária manifestação de 6 de junho de 2020, já em plena pandemia.

Até a juventude e os trabalhadores saírem massivamente às ruas e mostrarem a sua disposição para a luta, Marcelo pôde ignorar este problema, como haviam feito presidentes e governos anteriores. Mas no último período do mandato, sob novas circunstâncias, não bastaram as fotografias com famílias negras e pobres, os discursos que retratam os “descobrimientos” como contactos culturais, afirmações vazias sobre “todos os portugueses”, etc. Quando foi aberta a investigação contra os três inspetores do SEF que assassinaram Ihor Homeniuk no aeroporto, Marcelo foi impelido a defender a abolição do SEF naquela que foi a sua mais habilidosa manobra política perante a luta anti-racista. Ao propor a abolição

ESQUERDA
REVOLUCIONÁRIA

Junta-te à **ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA** e constrói connosco as forças do marxismo internacional!

www.esquerdarevolucionaria.net • geral@esquerdarevolucionaria.net

[f @esquerdarevolucionaria.centelha](https://www.facebook.com/esquerdarevolucionaria.centelha) [@esquerdarevolucionaria](https://www.instagram.com/esquerdarevolucionaria) [@EsqRev](https://twitter.com/EsqRev)

2021: nacional” de Marcelo.

do SEF como o fez — com a distribuição das funções desta polícia e dos seus agentes por outros corpos policiais e órgãos do Estado —, o que este trapezista político propôs é que se mudassem os nomes das coisas para se manter tudo exatamente igual. E com tão poucas palavras beneficiou ainda de se colocar à esquerda do BE e do PCP que, lamentavelmente, nunca ousaram avançar com uma reivindicação de abolição do SEF, dedicando-se antes a discursos sobre “mações poder” e o “papel fundamental” da polícia numa “sociedade democrática”.

Apesar das piruetas à esquerda, o que importa, no fim das contas, são os atos. Quais foram os atos de Marcelo para combater a violência racista a que estão sujeitas famílias negras, ciganas e imigrantes em Portugal, ou as condições miseráveis de vida que partilham com tantas famílias de trabalhadores “nacionais”? Não houve nada senão palavras, e até as palavras faltaram em momentos críticos. Marcelo ficou em silêncio perante as maiores atrocidades da polícia durante cinco anos, ignorou todas as denúncias sobre o controlo das forças de se-

gurança por elementos da extrema-direita. Ao mesmo tempo, exerceu a sua influência para abrir caminho aos fascistas. Ainda antes da fundação do Chega, indignou-se contra uma pequena associação de estudantes universitários que tentou impedir o fascista Jaime Nogueira Pinto de espalhar as suas ideias racistas numa universidade pública, forçando a direcção da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas a prestar “esclarecimentos”. Após a fundação do Chega, tem usado cada oportunidade que se lhe apresenta para promover esse partido como uma peça normal da “democracia”. Pouco importa que André Ventura use o seu assento parlamentar e todo o espaço mediático que tem para atacar a classe trabalhadora, todos os grupos oprimidos — negros, ciganos, muçulmanos, imigrantes, refugiados... — e até mesmo para insultar deputadas, como fez com Joacine Katar Moreira e, mais recentemente, com Marisa Matias. A hipocrisia é patente: a preocupação do “presidente de todos os portugueses” não são os direitos ou as vidas de quem é ameaçado e violentado pelos fascistas, mas antes a “liberdade de expressão” desses fascistas!

Um segundo mandato de Marcelo significará que a extrema-direita vive por mais cinco anos com um padrinho em Belém.

Este apadrinhamento da extrema-direita é apenas parte da estratégia da classe que Marcelo serve com uma precisão e uma eficácia demonstrativas das décadas de experiência que carrega. Foi o próprio a declarar que “a democracia precisa de uma direita forte”. Como explicámos noutra ocasião: “A burguesia presente, como resultado da crise, um tremendo choque entre as classes num futuro ainda indeterminado, (...) a sua aposta para gerir a raiva social durante a crise sanitária: proteger o governo de Costa e usá-lo para manter a paz social enquanto a direita, incluindo a extrema-direita, se recompõe.” Dissemos ainda: “Preparam-se mais pesados ataques aos direitos democráticos, aos direitos laborais e aos salários, com a supressão do direito à greve e à organização, sujeitando a massa crescente de desempregados e pobres — especialmente os jovens — à disciplina do cacete e da bota policial. Para os capitalistas e para o seu fiel governo PS, a emergência não é a pandemia, é a

raiva social que se acumula e que, tarde ou cedo, terá de rebentar.”

A declaração de sucessivos estados de emergência foi, efetivamente, a supressão do direito à greve e de outros direitos democráticos durante uma onda massiva de despedimentos. Todo o peso da crise foi lançado sobre os ombros de quem trabalha enquanto se recorria a um discurso de “unidade nacional” para tentar dissipar a raiva das massas. Nesta estratégia, Marcelo foi nada menos do que o protagonista, a figura que representa essa “unidade nacional” e se eleva como árbitro da democracia, admoestando ora o governo, ora a oposição, ora a esquerda, ora a direita, ora os patrões, ora os trabalhadores, mas sempre garantindo firmemente a inviolabilidade dos lucros e da propriedade privada, mesmo quando isto significa o sacrifício de milhares de vidas.

As suas últimas declarações sobre a irresponsabilidade de quem passeia o cão demasiadas vezes durante o confinamento levam a inconfundível marca da hipocrisia e da arrogância de classe. Marcelo





comporta-se como o patriarca do povo, repreendendo os seus filhos pela subida vertiginosa do número de infeções de covid-19. A verdade, como bem sabemos, é que esta subida vertiginosa de casos se dá porque o governo, tendo toda a informação necessária para entender o perigo da pandemia, se recusou a tomar as medidas necessárias: travar toda a atividade produtiva e serviços não-essenciais; converter setores industriais para o combate à pandemia; investir massivamente no SNS e expropriar a saúde privada; investir massivamente na educação para possibilitar ensino à distância até estar assegurada a segurança nas escolas; proibir despejos e despedimentos; e claro, nacionalizar a banca para levar a cabo tudo isto. À data da escrita deste artigo, contabilizam-se cerca de 150 mortes por covid-19 a cada dia, totalizando 9.000 mortes desde a chegada da doença a Portugal — um número que não conta com todas as mortes causadas indiretamente pela covid-19, resultantes do estado de caos em que se encontra o SNS neste momento. Em primeiro lugar estão os lucros dos capitalistas, e só depois as vidas dos trabalhadores e dos pobres.

Se restassem dúvidas em 2016, agora, após cinco anos de presidência, está por demais esclarecido que Marcelo Rebelo de Sousa é o presidente da burguesia, o presidente dos patrões, dos senhores, dos banqueiros, das multinacionais, da saúde privada, da educação privada, das mais ricas e privilegiadas famílias de Portugal... E não é só Marcelo que é da burguesia. O aparelho de Estado, a própria constituição e o sistema democrático que existem em Portugal são também da burguesia, não obstante as marcas — cada vez mais apagadas — da Re-

volução de 1974-75. Entender isto é fundamental para a esquerda.

A defesa da democracia burguesa e a bancarrota do reformismo

As candidaturas da esquerda — Ana Gomes (PS, com apoio de PAN e Livre), Marisa Matias (BE) e João Ferreira (PCP) — têm os mesmos elementos fundamentais, não obstante os detalhes que as distinguem. Em primeiro lugar, são candidaturas de defesa da constituição, de defesa do regime em vigor. O que cada candidato da esquerda procura fazer é apresentar-se como o melhor administrador possível para o capitalismo português, aquele que, com a sua “vontade política”, faria cumprir a constituição mais rigorosamente do que Marcelo. É precisamente com a constituição que defendem, por exemplo, o reforço do SNS, a “valorização do trabalho”, a “inclusividade” contra o racismo e o machismo ou o combate à corrupção.

São também candidaturas estritamente eleitoralistas, ou seja, que respeitam religiosamente não só as regras do jogo eleitoral como a própria lógica das eleições burguesas. Para qualquer um destes candidatos, trata-se de disputar eleitores, e antes de mais os eleitores de Marcelo Rebelo de Sousa, que tem uma base eleitoral que se estende desde apoiantes do Chega e do PSD até apoiantes do PCP e do BE. Em cada assunto avulso, os candidatos da esquerda tentam ser mais democratas, mais progressistas, mais sensatos que Marcelo e, admitindo um balanço positivo do seu mandato, tudo o que dizem é que fariam um pouco melhor. Em suma, numa situação onde se torna penosamente evidente a

vitória de Marcelo, as candidaturas de toda a esquerda são, mais ou menos assumidamente, cordiais listas de sugestões para o seu segundo mandato presidencial. Esta é a receita para a derrota mais humilhante, não só no sentido estritamente eleitoral, senão igualmente no sentido de uma derrota política que terá consequências muito para lá da data das eleições presidenciais.

Desde os tempos dos pioneiros do marxismo que explicamos que as eleições burguesas são um campo extremamente desfavorável aos representantes dos trabalhadores. Uma eleição, em capitalismo, é sempre um jogo viciado a favor da burguesia. A classe dominante é proprietária da comunicação social, com a qual produz e dissemina toneladas de propaganda liberal, reacionária e anti-comunista, além de promover os seus candidatos. É também ela quem pode financiar, com os seus gigantescos lucros, as campanhas que defendem os seus interesses — o capitalista vota sempre duas vezes: primeiro com o seu capital, e só então com o boletim de voto. Por fim, é ela quem, através dos seus burocratas e dos seus representantes nas instituições e órgãos do Estado, estabelece as regras do próprio ato eleitoral e preserva variados obstáculos ao voto dos trabalhadores e da juventude — aliás, o próprio direito de voto, assim como cada alargamento e medida para a efetivação desse direito, foram conquistados invariavelmente contra a mais enérgica oposição da burguesia. Assim se explica, por exemplo, que uma ampla camada da classe trabalhadora seja impedida de votar por não ter documentos ou a nacionalidade portuguesa, mesmo no caso de trabalhadores que nasceram e sempre viveram em Portugal.

O velho adágio segundo o qual cada povo tem os governantes que merece é uma distorção grosseira da realidade. Marcelo não foi escolhido pelo povo, foi o resultado de um processo que de “democrático” só teve o nome. Entendendo isto, a esquerda entende que só pode usar as eleições burguesas na medida em que as subverte, servindo-se delas para uma campanha genuinamente socialista, para mobilizar os trabalhadores e a juventude para a luta, inclusive aqueles que estão impedidos de votar.

Que relação com esta realidade tem o discurso reformista dos candidatos da esquerda? Ao apresentar o jogo eleitoral como justo e genuinamente democrático, Ana Gomes, Marisa Matias e João Ferreira espalham ilusões num sistema que só é democrático para os grandes capitalistas. Para a classe trabalhadora, este sistema em crise é cada vez mais explicitamente uma ditadura, antes de mais no próprio trabalho, onde não há um pinga de direitos democráticos perante a tirania dos patrões. Que demonstra a experiência dos últimos anos, e ainda mais explicitamente a dos últimos meses? Os incessantes ataques contra a classe trabalhadora e a juventude estão a dar-se legal e constitucionalmente.

O que é preciso não é a “vontade política” de um presidente para “cumprir a constituição”, o que é preciso é luta. A vitória eleitoral de qualquer um dos candidatos da esquerda só poderia contribuir para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores caso fosse apoiada por um movimento de massas.

A burguesia organiza-se e faz dos seus

interesses uma força material de primeira ordem. Como classe dominante, a burguesia nunca respeitou nem respeitará qualquer regra, lei ou constituição a menos que esta lhe seja favorável. Um presidente que pretenda governar contra o capital só pode ter sucesso na medida em que a luta organizada da classe trabalhadora e da juventude avançar nos locais de trabalho, nas escolas, nos bairros e nas ruas. É esta força revolucionária a única que pode não só travar os despedimentos, os baixos salários, a violência machista e racista, a destruição do ambiente... como fazer valer as conquistas que a Revolução inscreveu na constituição e ainda ultrapassar estas conquistas e transformar a sociedade desde os seus alicerces, pôr fim à pobreza, à exploração e à opressão.

A esquerda tem de romper decididamente com o reformismo e usar os seus partidos, os seus assentos parlamentares, as suas campanhas eleitorais e cada oportunidade que surja para mobilizar os trabalhadores e a juventude para o combate revolucionário, tem de apresentar um programa realmente socialista, ou seja, que nos coloque — nós, classe trabalhadora e todos os oprimidos — não como indivíduos fracos que merecem a proteção e atenção benevolente do Estado, mas antes como protagonistas da transformação que queremos realizar.

Dito isto, a apresentação de um programa que mobilize os trabalhadores e a juventude para a luta é também a única via

para vitórias eleitorais da esquerda, para impedir um reinado de Marcelo e para travar o crescimento da extrema-direita.

Só a luta da classe trabalhadora pode derrotar o fascismo!

A candidatura fascista de André Ventura, que se reclama “contra o sistema” quando é, em boa verdade, a candidatura dos mais fanáticos defensores do sistema e dos privilégios da classe dominante, é corretamente apontada por toda a esquerda como uma ameaça aos direitos democráticos conquistados na Revolução de 1974-75. Não seremos nós a menosprezar o perigo real desta ameaça, a desvalorizar o crescimento e os ataques dos bandos fascistas ou a subestimar a importância de quaisquer eleições para desferrir um golpe à direita e à extrema-direita nas urnas.

Contudo, é necessário entender a estratégia reformista seguida até agora pela esquerda, com a defesa da constituição em abstrato e a disputa dos eleitores de Marcelo e até de Ventura, é uma estratégia que enfraquece o combate contra a extrema-direita. Ao se circunscreverem ao jogo eleitoral, ao se recusarem a fazer a luta política de forma consequente e além das instituições e das eleições da burguesia, as direções da esquerda dissolvem o seu programa no discurso de Marcelo e perdem a capacidade de mobilizar trabalhadores e jovens que procuram uma alternativa clara e contundente a este sistema. Pior ainda, desta forma as direções da esquerda dão a oportunidade aos fascistas de tentar penetrar com as suas ideias nas franjas mais atra-

sadas e confusas da classe trabalhadora, que podem ver no Chega uma alternativa anti-sistema.

De resto, a base social e eleitoral de Ventura não será seduzida pela defesa abstrata da “liberdade” e dos “valores de Abril” que é feita pelos reformistas. A “liberdade” que importa aos setores mais reacionários das camadas médias — pequenos patrões e empresários, senhorios, terratenentes, etc. — é a “liberdade” de pagar salários de miséria e explorar até ao tutano os trabalhadores mais desesperados, a “liberdade” de especular com habitação e cobrar rendas esmagadoras, a “liberdade” de espezinhar negros, ciganos e imigrantes, a “liberdade” de tratar mulheres como mercadorias. Estes setores viram cada vez mais à extrema-direita porque são lançados ao desespero pela crise capitalista e ardem em ódio contra a luta dos explorados e oprimidos ao entender, com toda a razão, que o avanço dessa luta é uma ameaça direta ao modo de vida e aos privilégios que querem manter a todo o custo. Não é possível conciliar os interesses dos trabalhadores com os interesses desta escória.

Combater o capitalismo implica combater a oposição daqueles que o capitalismo privilegia, implica lutar contra gente de carne e osso. E os candidatos da esquerda, se pretendem de facto combater o fascismo e defender os interesses dos trabalhadores e dos oprimidos, não podem falar para “eleitores”, para “cidadãos” ou para “portugueses” imateriais, não podem dirigir-se a abstrações, não podem pretender ser um “presidente de todos”. Um candidato de esquerda tem de dirigir-se diretamente à classe trabalhadora e aos oprimidos — aos que são, devemos sublinhar, a esmagadora maioria da população e a maior força social que pode existir!

Não é difícil derrotar os fascistas em combate político aberto, desde que se largue de uma vez por todas a defesa de um sistema completamente podre e se declare guerra à burguesia com a mesma firmeza com que Ventura declarou guerra aos trabalhadores e aos pobres. Manifestações massivas como a anti-racista de 6 de junho de 2020, as multitudinárias manifestações de jovens pelo ambiente ou as crescentes marchas de mulheres do dia 8 de março demonstram a disposição das massas para a luta. Quando comparadas com as minúsculas marchas e demonstrações da extrema-direita, estes protestos revelam a verdadeira correlação de forças que existe e a raiva massiva contra a exploração capitalista, o racismo, o machismo, a LGBTfobia...

Cabe às direções da esquerda e das organizações de trabalhadores construir uma via para que esta raiva social se possa não só expressar eleitoralmente como organizar-se e fazer frente aos fascistas e à classe dominante nas ruas, nos bairros, nas empresas e escolas. O caminho para derrotar de uma vez por todas o fascismo e evitar a catástrofe que nos impõe o capitalismo é a luta revolucionária!



TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO NOS EUA.

A classe operária tem a força necessária para varrer Trump e a sua escória fascista!

Declaração da Esquerda
Revolucionária Internacional

Responder com a mobilização
massiva e com a greve geral em
todo o país. Nenhuma confiança em
Biden ou em Wall Street

A crise política nos EUA deu um salto dramático com a tentativa de golpe de Estado de Trump e dos seus seguidores. Numa acção planeada durante semanas à vista de todo o mundo, milhares de militantes de extrema-direita, racistas e supremacistas brancos, armados e com evidente formação militar, assaltaram o Capitólio depois de serem instigados pelo próprio Trump, dispersando a sessão parlamentar na qual se confirmaria a sua derrota. As imagens dos congressistas, que estiveram por vários minutos agachados no chão ou atrás dos seus assentos antes de serem evacuados, deram a volta ao mundo.

Após o caos inicial, que envolveu disparos dentro do Capitólio e resultou em quatro mortos e catorze feridos, Trump apelou hipocritamente à calma dos seus cães de fila, recordando-os de que são “o partido da lei e da ordem”. E é verdade, são o partido da reacção capitalista e racista contra os trabalhadores — negros, latinos ou brancos —, a juventude e as mulheres em luta. O pior de tudo é que o presidente eleito Biden não teve outra resposta perante esta insurreição fascista senão pedir a Trump que se demarcasse dela. Incrível! Em lugar de exigir a imediata detenção de Trump e dos seus colaboradores, implorou-lhes que fossem bons rapazes e que parassem. É desta maneira que o novo governo pretende defender a “democracia” daqueles que pretendem implantar uma ditadura?

Sem dúvida, o golpe fascista de 6 de Janeiro é a crónica da época histórica em que já estamos imersos: uma época de revolução e contra-revolução.

Divisões na classe dominante,
ascensão da ameaça fascista e o
potencial para uma explosão
revolucionária

Não escapa a ninguém que esta intentona golpista seria completamente impossível se não tivesse contado com a colaboração de sectores importantes do aparelho de Estado, entre eles a polícia, a Guarda Nacional, o Pentágono e a CIA. As imagens dos agentes policiais que guardavam o Capitólio a abrir o caminho aos seguidores de Trump, e até mesmo a tirar *selfies* com os fascistas que passeavam tranquilamente pelo interior do Capitólio com as suas bandeiras confederadas, deixam pouco lugar a dúvidas.

Como é óbvio, as divisões no seio da classe dominante depois do golpe foram relevadas. Desde as eleições, e especialmente nas últimas semanas, numerosos dirigentes republicanos demarcaram-se publicamente de Donald Trump. Também o presidente do Estado Maior dos EUA, o general Mark Milley, declarou que “o exército jurou defender a constituição, não um ditador”. O mesmo fez William Barr, o procurador-geral dos EUA — o equivalente a um ministro da Justiça —, que renunciou ao cargo deixando claro que não havia nenhum indício de fraude eleitoral e que não abriria novas investigações a esse respeito. O empresário de renomada tradição reaccionária e co-presidente da Fox, Rupert Murdoch, dirigiu-se a Trump através do seu jornal, *The New York Post*, com uma primeira página eloquente: “Pare com a loucura, perdeu as eleições”. Da mesma forma, nas úl-

timas horas, o distanciamento do vice-presidente, Mike Pence, e de parte do gabinete presidencial tornou-se evidente.

Mas, paralelamente, um ensurdecedor silêncio de convívência — quando não de colaboração activa —, foi sentido na cúpula do Partido Republicano, começando pela atitude pró-golpista do seu porta-voz no Senado, Mitch McConnell, que justificou todas as invenções mentirosas de Trump sobre a suposta fraude eleitoral. São muitos aqueles que nas altas esferas da administração “deixaram passar” o ainda presidente, o que indica que não desistirão dos seus objetivos.

Os meios de comunicação, Biden e Wall Street estão deliberadamente a tentar ocultar estes factos, branqueando o Partido Republicano e apelando à unidade e ao consenso para defender “a democracia e a constituição dos EUA”. Muitos já falam de uma cisão no Partido Republicano. Mas a questão é concreta: quem pode ganhar essa base eleitoral de milhões de pequeno-burgueses encolerizados e dispostos a tudo para defender os seus privilégios e o seu modo de vida, esses que o magnata fascista encheu de confiança?

Não podemos descartar a formação de um novo partido de extrema-direita dirigido por Trump, que levante sem vergonha alguma a bandeira da mais extrema reacção, do racismo e da supremacia branca, do crú e mesquinho neoliberalismo, e que lute por fazer valer as aspirações de uma parte considerável dos 74 milhões de eleitores que o magnata arrastou no passado 3 de Novembro.

Como é óbvio, esta fractura nas fileiras republicanas, assim como a ânsia dos democratas em fechar as feridas e regressar ao tranquilo bipartidarismo de antigamente mesmo que isso implique deixar Trump e os seus bandos fascistas sem castigo, reflecte o pânico de uma potencial explosão revolucionária. Já tiveram um aviso muito sério no passado Verão, com o levantamento anti-racista que se seguiu ao assassinato de George Floyd e se fez com as mobilizações mais multitudinárias da história dos EUA. Após a explosão desse cocktail de desigualdade, de racismo e de miséria — à qual se somam ainda 400.000 mortes pela pandemia —, a oligarquia está a sentir o chão a mexer-se sob os seus pés.

Não é para menos. O questionamento de uma democracia burguesa apodrecida até ao tutano e dominada por uma elite que se torna cada dia mais rica — com instituições, um Congresso, um sistema de justiça e uma polícia exclusivamente ao seu serviço —, acumulou muito combustível para precipitar uma explosão. Toda essa estrutura política foi incrivelmente útil para a dominação da oligarquia financeira durante muito tempo, envolvendo-a em legitimidade democrática aos olhos das massas. É por isso que um sector da burguesia — alinhado com Biden e com o Partido Democrata, de momento — resiste a renunciar às formas exteriores da mais velha “democracia” do mundo. É certo que Wall Street não quer mais polarização e anseia pela estabilidade e pela paz social dos bons velhos tempos, mas fará tudo o que estiver ao seu alcance para evitar uma revolução social. Essa burguesia, porventura, não conviveu perfeitamente com Trump durante os últimos quatro anos? Não encheu os seus bolsos com as suas políticas? Por agora, apostam em recuperar a confiança das massas nas velhas instituições, mas esta situação não pode manter-se eternamente.



As lições da história são claras a respeito disto. Há aqueles que pensam que, num país como os EUA, uma solução autoritária é impossível, mas a tentativa de golpe fascista de 6 de Janeiro mostra-nos que isso é um equívoco.

Demagogia populista para ganhar as camadas médias desesperadas

Nas últimas horas, os comentadores dos programas televisivos perguntam-se, espantados, como foi possível chegar a esta situação. Mas Trump preparou isto à vista de todos! Perguntam-se: como podem os grandes poderes e o seu próprio partido ter permitido que ele chegasse a este ponto? Pois bem, a resposta é simples: porque Trump os enriqueceu imenso e representou fielmente os seus interesses!

Desde a sua reforma fiscal, que ofereceu 205.000 milhões de dólares aos 20% mais ricos, até ao seu primeiro pacote de resgate da pandemia, com dimensões nunca vistas — 2,3 biliões de dólares —, a oligarquia económica teve uma galinha dos ovos de ouro nesta administração. Segundo Noam Chomsky, “a riqueza concentrou-se a níveis extraordinários, enquanto a população geral permaneceu estancada, degradada (...) actualmente, 0,1% da população — não 1%, mas 0,1% — possui 20% da riqueza dos EUA, e aproximadamente metade da população tem um património líquido negativo, ou seja, tem mais passivos que activos, de tal maneira que mais ou menos 70% destas pessoas vive ao dia, de salário em salário. E se ocorre qualquer imprevisto, azar”.¹ Só entre Março e Julho de 2020, as fortunas dos multimilionários estado-unidenses aumentaram 700.000 milhões de dólares.

As eleições do passado 3 de Novembro deram números à polarização extrema que abala a primeira potência mundial: 80.117.438 boletins de voto, 51,12% do total, para Biden, o que significa um aumento de mais de 21,7%, e de mais de 14 milhões de votos, em comparação com os resultados de 2016 (65.853.514). E para Trump 73.923.470 boletins, 47,17% do total, o que em relação a 2016 (62.984.828) representa um aumento de 17,4 pontos percentuais e quase 11 milhões de votos.

Nestas eleições, como explicámos na nossa anterior declaração (*Trump derrotado em eleições históricas!*), a classe trabalhadora e a juventude conseguiram, apesar de Biden e do Partido Democrata, infligir pelas urnas uma derrota ao magnata nova-iorquino, continuando a rebelião social e a grande mobilização de massas que abalou os quatro anos da sua presidência. Mas os resultados também nos deram um aviso muito sério: Trump conseguiu um resultado recorde, mobilizando quase 74 milhões de votos provenientes fundamentalmente das camadas médias atingidas pela crise, desesperadas e aterrorizadas face ao futuro incerto, vendo que o barco naufraga levando consigo todos os privilégios e a visão do mundo que querem salvar a qualquer preço.

Estes pequenos proprietários e sectores pequeno-burgueses, assim como as camadas operárias mais atrasadas e desmoralizadas, são quem Donald Trump agitou incessantemente. Foi a eles que dirigiu o seu discurso demagógico e populista de extrema-direita: contra o *establishment* e pelo regresso aos tempos dourados de um império que hoje está em decadência e a meter água por to-



dos os lados. Trump não o fez em vão. A sua campanha conseguiu fazer com que mais de metade dos seus eleitores afirmem que Biden ganhou as eleições de forma ilegítima.

Ao calor da aprovação do último resgate de 900.000 milhões de dólares, toda a verborreia de Trump para se apresentar como o porta-estandarte das “famílias americanas” é ilustrativa da sua estratégia. Assim, ante o entusiástico acordo entre democratas e republicanos para a aprovação do resgate, o magnata aparece em cena qualificando de “vergonhoso” o resgate por dar cheques de apenas 600 dólares às famílias, e exigiu através da sua conta no Twitter um mínimo de 2.000\$. Imediatamente, os congressistas democratas apressaram-se a apresentar uma emenda para aprovar a subida, enquanto os republicanos se expuseram ao ridículo por reprovarem o seu próprio líder.

Há conhecidos republicanos, tais como o senador da Flórida, Marco Rubio, que seguem Trump neste caminho de demagogia extrema, servindo-se de todas as contradições do Partido Democrata e da falta de alternativa para as massas. A última intervenção pública mais relevante de Trump, e que causou irritação no seu próprio partido, foi um tweet no qual criticou sarcasticamente a equipa de Biden para o novo governo, descrevendo-os como uma pandilha de betos elitistas sem determinação e sem carácter para evitar o declínio da primeira potência: “Os seleccionados de Biden para o seu gabinete estudaram nas escolas da Ivy League [escolas da elite], têm currículos sólidos, assistem a todas as conferências apropriadas e serão educados e ordeiros cuidadores do declínio dos Estados Unidos”.

Estes feitos não são episódios isolados, são parte de uma estratégia bem definida. É uma campanha política que explora o desespero e os preconceitos da pequena-burguesia para continuar a ganhar seguidores num exercício de hipocrisia sem precedentes, posto que o *führer* de Nova Iorque defendeu nestes quatro anos os interesses desse

mesmo *establishment* na perfeição, multiplicando exponencialmente as suas fortunas à custa da expansão da pobreza e da precariedade sobre toda a classe trabalhadora e também do empobrecimento das camadas médias. Longe de ser a solução para o problema, este rico entre ricos foi o mais indiscutível defensor dos privilegiados de sempre.

Nenhuma confiança em Biden e em Wall Street! Organizar mobilizações e greves de massas contra a ameaça fascista de Trump!

O ocorrido nas últimas horas é um sério aviso sobre a absoluta incapacidade do Partido Democrata e do novo governo Biden-Harris para travar Trump e as suas hostes fascistas. As políticas dos democratas a favor da elite económica estão para lá de qualquer dúvida, e prontamente veremos as nefastas consequências da sua gestão para a classe trabalhadora e para a juventude.

Milhões de trabalhadores, jovens, mulheres, activistas afro-americanos e todos os oprimidos que lutaram sem descanso nas ruas, não vão ficar de braços cruzados a ver esta ofensiva fascista. Os apelos vazios dos dirigentes democratas para a defesa da democracia dos ricos são completamente inúteis nesta batalha. Hoje, tratam de rebaptizar-se perante as massas, advogando uma legalidade constitucional que é, na verdade, a ditadura do capital. Nunca serviram e jamais servirão os interesses dos oprimidos!

O que pode acontecer nos próximos dias — e muito especialmente nos dias que restam até à tomada de posse de Biden a 20 de Janeiro — deixará ainda mais exposta a bancarrota do capitalismo estado-unidense. Ainda que Trump tenha chamado os seus seguidores a retirar-se do Capitólio, fê-lo insistindo muito conscientemente na fraude eleitoral. Um dos reais porta-vozes em todo este processo — o dirigente dos *Proud Boys* — afirmou aos meios de comunicação que o que se passou em Washington pode ter réplicas nos parlamentos estatais. Mas como

vimos em muitas outras ocasiões na história, por vezes a contra-revolução funciona como chicote para a revolução.

O que se passou no dia 6 de Janeiro é uma grande escola para as massas trabalhadoras estado-unidenses e de todo o mundo. A ameaça fascista de Trump é a filha legítima da decadência capitalista, dos cortes, da austeridade e da desigualdade lacerante. Estes feitos só poderão ensinar aos trabalhadores e à juventude dos EUA, da Europa e de todos os continentes que não há saída sob o sistema capitalista, que é urgente, mais urgente do que nunca, organizar a sociedade sobre as bases da justiça, da igualdade e da autêntica democracia. Conseguir isto só é possível lutando pelo socialismo, construindo organizações revolucionárias que defendam uma política de independência de classe.

A esquerda combativa dos EUA deve levantar um programa e um plano de acção para derrotar Trump e esmagar a ameaça fascista: expropriar a oligarquia financeira, nacionalizar toda a riqueza do país sob controlo democrático dos trabalhadores e das suas organizações, começando pela saúde privada, para defender a saúde e as vidas das famílias trabalhadoras; julgamento e punição exemplar de Trump e de todos os seus colaboradores implicados na trama golpista; impulsionamento de comités de acção em todas as empresas, centros de estudo e bairros para organizar imediatamente mobilizações de massas e greves em todas as cidades. Comités de auto-defesa para repelir os bandos fascistas e a brutalidade policial.

Temos de colocar em cima da mesa a questão de quem tem o poder para fazer funcionar a sociedade e para a transformar a favor da maioria. É isto que devem defender neste momento tão crucial toda a esquerda e os sindicatos de classe nos EUA. Contra o fascismo, pelos direitos democráticos, pelo socialismo!

1. Noam Chomsky, “Trump é o presidente mais criminoso que alguma vez habitou a Terra”.



A luta de classes acirra-se na Índia.

Coral Latorre
Comissão Executiva da Izquierda
Revolucionaria (Estado Espanhol)

**A classe trabalhadora e o
campeinato pobre levantam-se
contra o ultra-reacionário
Narendra Modi**

Os oprimidos e oprimidas na Índia voltaram a fazer história no passado 26 de novembro. 250 milhões de trabalhadores protagonizaram uma das maiores greves gerais da história do país. Convocada pelas dez mais importantes centrais sindicais a nível nacional, pelo AIKSCC (uma plataforma que agrupa mais de 300 organizações de camponeses) e apoiada pelos dois partidos comunistas com representação parlamentar, a classe trabalhadora e o campeinato pobre revoltaram-se contra o pacote de reformas laborais e de privatizações no setor agrícola aprovado pelo Governo do Bharatiya Janata Party (BJP), encabeçado por Narendra Modi.

Os quatro códigos laborais aprovados são uma continuação das políticas de cortes e de ataques às condições de vida da classe trabalhadora indiana por parte do Go-

verno de extrema-direita. Devido a estes, a jornada de trabalho de oito horas é suprimida, altera-se a legislação referente à formação de sindicatos, tornando-a muito mais restritiva, eliminam-se normas como a criação de tribunais do trabalho para resolver conflitos nas empresas, reduz-se o seguro de saúde e facilita-se o despedimento dos trabalhadores. Estas medidas são também acompanhadas de três leis agrárias que abrem a porta para que os agronegócios dominem o cultivo, o comércio e a fixação de preços dos produtos agrícolas, incluindo os bens alimentares essenciais como os cereais.

**As massas indianas voltam a
mostrar a sua força**

A greve foi apoiada por trabalhadores de todos os setores da economia: as principais indústrias como as de produção de carvão e de aço, as refinarias de petróleo, empresas de telecomunicações, o setor bancário público, os portos e o transporte, os taxistas, os trabalhadores agrícolas, vendedores ambulantes... Até os gabinetes governamentais estiveram encerrados nesse dia, apesar da ameaça do Governo em proibir a greve entre os fun-

cionários públicos através da Lei de Manutenção dos Serviços Essenciais.

Nos estados de Kerala e Telangana na região Sul, de Odisha no Leste, e de Assam no Nordeste, a greve foi total. Empresas como a Salem Steel (aço), a Ashok Leyland (automóvel) e a M. V. Textile Industrial (têxtil) paralisaram por completo. Diferentes meios de comunicação reportam que na cidade de Calcutá, em Bengala Ocidental, onde o tráfego é caótico, praticamente não houve circulação de veículos.

Houve manifestações gigantescas nas principais cidades e Estados, bloqueios de estradas e cortes das vias férreas. A massividade e a combatividade da greve de 26 de novembro é apenas um novo capítulo do movimento de massas que começou em 2019 contra o Governo de Modi.

A rejeição dos quatro códigos laborais veio juntar-se às reivindicações económicas e sociais que, na sequência da pandemia da covid-19, assumem uma relevância ainda maior. Os sindicatos estão a exigir um salário mínimo de 280 dólares, uma pensão de 133 e 10 quilogramas de alimentos para todas as famílias pobres, assim como o fim do processo de privatização das empresas do setor público.

**Os protestos dos agricultores e
dos camponeses expandem-se e
radicalizam-se**

O setor agrícola, que representa 18% do

PIB indiano, emprega mais de 600 milhões de pessoas e calcula-se que 1.000 milhões nos meios rural e urbano dependam diretamente da agricultura (75% da população). As subidas constantes dos preços dos combustíveis e o aumento dos custos dos fertilizantes, as más colheitas em consequência das alterações climáticas, a impossibilidade de vender os produtos com lucro... provocaram uma grave crise agrária no país e mergulharam os camponeses e os trabalhadores agrícolas na mais extrema pobreza.

A marginalidade, a fome e o desespero — a maioria dos agricultores têm dívidas com credores locais que cobram juros de 25% — levaram muitos deles ao suicídio: segundo o Departamento Nacional de Registo Criminal da Índia, no ano passado mais de 10.000 trabalhadores agrícolas tiraram a sua própria vida, perfazendo cerca de 300.000 suicídios nos últimos vinte anos.

Os protestos dos camponeses começaram em agosto deste mesmo ano com cortes de estradas, manifestações conjuntas e inclusive uma greve em setembro, mas foi em consequência da greve geral de 26 de novembro que tudo foi pelos ares.

Nesse dia, os agricultores organizaram o *Delhi Chalo*, uma marcha em massa até à capital, viajando em tratores e camiões. Uma mobilização de centenas de milhares de camponeses respondida com uma forte intervenção de forças paramilitares, que não hesitaram em usar gás lacrimogénico e canhões de água para evitar que o protesto chegasse a Nova Deli. Desafiando a polícia e o aparato estatal, embora em muitos distritos se tenham proibido as reuniões de mais de quatro pessoas, dezenas de milhares de trabalhadores dos Estados do Nordeste conseguiram chegar à fronteira do território da capital, Deli. Rompendo com os cordões policiais, os e as manifestantes bloquearam as estradas de acesso à cidade. Desde então, já são mais de 350.000 agricultores, familiares, trabalhadores de outros setores que apoiam a luta, acampados e protestando nos postos fron-

teiriços de Deli.

A pressão exercida obrigou o ministro do Interior, Amit Shah, a abrir uma ronda de negociações para discutir as condições, numa tentativa de acabar com os bloqueios. Após cinco reuniões e perante as manobras do Governo para enviar as pessoas de novo a casa, as principais organizações de camponeses convocaram a greve nacional para 8 de dezembro, organizando novas manifestações e alargando o acampamento para os arredores de Deli, que se mantém em pé.

A impressionante mobilização dos camponeses pobres, não só contra as leis agrárias mas exigindo também *terra, pão e trabalho*, despertou uma solidariedade de classe espetacular entre a população. Mais de 500 organizações já demonstraram o seu apoio a este movimento e o All India Motor Transport Congress (AIMTC), que representa milhões de camionistas e condutores de autocarros e de táxis, ameaçou com uma greve no setor se o Governo não derrogasse as leis contra os camponeses. Em Haryana, trabalhadores da Maruti Suzuki, da Hero Motorcycle e de outras fábricas de automóveis, saíram em manifestação em apoio aos agricultores. Como explicava Marx¹, sob o capitalismo “a exploração dos camponeses distingue-se da exploração do proletariado industrial apenas na forma; o explorador é o mesmo: o capital”.

Ademais, este movimento uniu hindus, mulçumanos, cristãos e sikhs contra um Governo que utilizou a supremacia hindu para tentar dividir a classe trabalhadora em linhas religiosas, étnicas e sectárias. Para desgraça de Modi, os milhões de trabalhadores que hoje se mobilizam na Índia apontam como responsáveis de toda a miséria que impera na sociedade os ricos e os poderosos, bem como as castas superiores que dominam social e economicamente o país.

Um inferno na Terra

A devastação económica e social provocada pela covid-19, que foi saldada com uma queda de 9,5% do PIB, quase 10 milhões de contágios e 144.000 mortes, constituiu um golpe demolidor para a classe trabalhadora, ao campesinato e à juventude indianos.

A Índia é o país com o maior número de pobres no mundo: 70% da população vive com menos de dois dólares por dia, 200 milhões passam fome — mais do que em toda a África Subsariana — e cerca de 60 milhões de crianças sofrem de desnutrição. Durante a pandemia, as filas de fome foram a imagem recorrente em cidades e zonas rurais. Segundo dados do próprio Governo, em 2015, 82% dos trabalhadores afirmaram não ter um contrato de trabalho e 48.000 pessoas por ano perderam a vida nos seus postos de trabalho devido

à precariedade. No campo da saúde, a falta de centros e de profissionais de saúde é constante, chegando a extremos, como no estado de Uttar Pradesh, onde apenas há um hospital público por cada 9.5 milhões de habitantes.

Num relatório de 2016, a Save The Children denunciava que na Índia há mais de 8,3 milhões de crianças que trabalham com idades entre os 5 e os 14 anos. Com a crise sanitária, a UNICEF alertou para um efeito da pandemia de que ninguém fala: o aumento dramático do trabalho infantil.

A tudo isto, há que acrescentar as terríveis consequências do aquecimento global e das alterações climáticas: as ondas de calor que custaram milhares de vidas, a subida do nível médio do mar num país que possui uma linha costeira de mais de 7.500 quilómetros, fenómenos como as monções e as secas que a cada ano são mais recorrentes, além de terem danos devastadores, como aconteceu com o ciclone Amphan em maio, o Maharashtra em agosto e o Nivar em novembro.

A guerrilha maoísta no Corredor Vermelho: um conflito que se mantém aberto

A política repressiva e ultra-reacionária de Modi ficou mais do que demonstrada. Desde a aprovação da Emenda da Lei da Cidadania — que estabelece que a Índia é uma “nação hindu” —, passando pelo conflito em Caxemira até à repressão, ao assédio e à tortura do Estado indiano contra a população do Corredor Vermelho, uma região do centro do país onde durante décadas se tem desenvolvido a luta guerrilheira.

A revolta *naxalita* remonta a finais dos anos 60 do século XX, no estado de Bengala Ocidental. Em 1967, houve um levantamento na aldeia de Naxalbari — que deu nome ao movimento — contra uma patrulha da polícia, que foi atacada com arcos e flechas, tomando assim o controlo das propriedades de vários terratenentes locais.

Desde esse momento que os *naxalitas*, sob a influência do Partido Comunista maoísta, declararam guerra a um Estado burguês, semifeudal e classista. Acreditavam que, mediante a guerra de guerrilhas protagonizada pelo campesinato (a população rural da Índia superava nessa altura os 80%), conseguiriam que a revolução socialista triunfasse.

Os *naxalitas* encontraram a sua base de apoio em homens e mulheres das castas inferiores (dalits ou intocáveis) e de grupos tribais marginalizados (adivasis), uma po-

pulação empobrecida, sem possibilidade de aceder à propriedade da terra, com taxas de alfabetização que não chegavam a 15% no caso das mulheres e desprovidos de serviços básicos e de infraestruturas. A estes problemas somava-se a violência das multinacionais na espoliação dos suculentos recursos minerais desta zona. Com todos estes ingredientes em cima da mesa, e com a convicção de que os guerrilheiros iam prosseguir a sua luta contra a ditadura bonapartista indiana, os camponeses inclinaram-se para a guerrilha. O movimento *naxalita* popularizou-se e estendeu-se a 16 Estados: nos primeiros anos chegaram a congregar 10.000 combatentes e mais de 40.000 redes de apoio locais. No Corredor Vermelho, os maoístas estabeleceram estruturas de governo paralelas e implantaram o seu próprio sistema educativo, de saúde e judicial.

O conflito vitimou mais de 10.000 pessoas desde 1980. A estratégia fundamental do Estado indiano para acabar com os guerrilheiros foi a mão de ferro dos militares, o que converteu o Corredor Vermelho numa zona de guerra aberta onde os abusos, as extorsões, os assassinatos a sangue frio e as violações eram o dia-a-dia dos camponeses e das camponesas.

Em 2009, o então presidente do país, Manmohan Singh, qualificou a guerrilha *naxalita* como “a maior ameaça interna à segurança do país”. A violência do aparato de Estado, que teve a sua máxima expressão na operação *Green Hunt* — uma ofensiva selvagem contra o PCI (maoísta) na qual o Governo indiano chegou a mobilizar 100.000 forças paramilitares para dismantlar as redes maoístas —, alimentou o apoio da população ao Partido Comunista, que ainda controla grande parte destes territórios devido a melhorias a nível político que se conseguiram implementar, como o direito de voto aos intocáveis e a igualdade de direitos para todos e todas independentemente da religião que professam.

Em 2011, o grupo foi oficialmente proibido e até hoje cerca de 40.000 soldados permanecem ainda na zona, entre eles vários batalhões das Forças Especiais do exército indiano.

A crise orgânica do capitalismo, a incapacidade do Estado indiano em providenciar os recursos mais essenciais a maioria da população, a política aplicada pelo BJP, entre outros fatores, continuam a alimentar o conflito *naxalita*, que parece estar longe de acabar.

A participação no parlamento do Partido Comunista da Índia e do Partido Comunista (marxista), fazendo depender a

luta das massas das instituições “democráticas” burguesas e do seu papel em alguns Governos - como é o caso de Bengala Ocidental nas mãos do PCI (marxista) — aplicando a mesma política favorável às grandes empresas, continuam a levar grande parte do campesinato a simpatizar com a guerrilha.

As profundas raízes dos maoístas no Corredor Vermelho indiano — que segundo dados oficiais de 2013 mantêm a sua influência em 76 distritos do país — não só demonstram uma correlação de forças favorável para a luta pelo socialismo, como também a possibilidade real de unir a classe trabalhadora e o campesinato pobre sob uma mesma bandeira e um mesmo programa revolucionário para tomar o poder político, social e económico na Índia. Um programa mediante o qual, baseado nos métodos da classe trabalhadora e com o apoio auxiliar da guerrilha, pudessem pôr-se um ponto final às contradições entre um proletariado e um campesinato cada vez mais pobres e excluídos e uma burguesia cada vez mais rica.

Há força para derrotar os planos do Governo e derrubar Modi

A classe trabalhadora indiana entrou com toda a sua força na arena política. A nível mundial, o proletariado indiano tem uma importância especial não só devido à sua imensidão numérica mas também pelas profundas tradições que demonstrou em diversas lutas, levantamentos e rebeliões que as massas protagonizaram ao longo dos últimos anos.

Desde a reeleição do BJP em maio de 2019, a classe trabalhadora indiana respondeu com contundência à política de extrema-direita e nacionalista hindu do Governo. A última greve geral e o levantamento do campesinato pobre revelam um grande avanço na consciência das massas que não querem suportar esta situação insustentável nem mais um minuto.

Apoiando-se no imenso êxito da mobilização, é o momento dos Partidos Comunistas romperem com a sua política de colaboração de classes e proporem um programa revolucionário. A classe trabalhadora e o campesinato lutaram juntos de forma intuitiva, agora, é necessário estabelecer os próximos passos na luta, que devem passar, em primeiro lugar, pela convocatória de uma nova greve geral de 48h para que Modi anule todos os códigos laborais e leis agrárias, com comités nas fábricas, nas regiões rurais, nos diferentes Estados para coordenar uma ação sustentada no tempo.

A disposição das massas é clara. É tarefa dos revolucionários traduzir tudo isto numa estratégia e num programa capazes de alcançar a vitória e de transformar a sociedade.

1. *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*, Karl Marx, 1850.





Argentina

A força da Maré Verde abre novamente o caminho para a despenalização do aborto.

Soledad Rodríguez

Libres y Combativas Madrid

A luta pelo aborto livre, seguro e gratuito na Argentina deu um novo passo em frente. No dia 11 de Dezembro, o Congresso do país sul-americano deu luz verde à ampliação das premissas para que o exercício deste direito seja legal.

A norma aprovada pela Câmara dos Deputados regulamenta o aborto gratuito até à 14ª semana de gestação e estabelece o prazo máximo de 10 dias entre a solicitação da interrupção da gravidez e a sua realização. Agora é o Senado que, no dia 29 de Dezembro ao que tudo indica, deverá aprovar a lei para que finalmente entre em vigor.

Não é a primeira vez que, depois de aprovado no Congresso, o direito ao aborto cai no Senado. Há dois anos apenas, o Senado argentino rejeitou o projecto de legalização do aborto que antes tinha sido aprovado no Congresso. Por isso mesmo não devemos baixar as armas. Nenhum direito nos foi dado; apenas através da luta foram a classe trabalhadora e as mulheres capazes de os conquistar. Por isso, é necessário dobrar a pressão e a mobilização para, desta vez, quebrar a resistência dos elementos mais reacionários da Câmara Alta.

Uma nova oportunidade fruto da luta

A campanha em defesa deste direito elementar das mulheres reuniu vários grupos sociais (Mães da Praça de Maio, etc.) e colocou este debate no centro da vida política argentina.

A discussão sobre o aborto é definitivamente o debate sobre a liberdade das mulheres e, por esse motivo, encontra uma resistência tão forte na direita e nos reacionários argentinos em geral.

Atualmente, a lei sobre o aborto que rege o destino de milhares de mulheres argentinas data de 1921. Esta lei apenas contempla a legalidade do aborto em casos de violação ou malformação fetal, pré-condições absolutamente insuficientes.

Desde a rejeição do Senado em 2018, o movimento em defesa do direito ao aborto livre, seguro e gratuito - a “Maré Verde” - não tem descansado, não se resignou com

esse resultado e continuou a pressionar até se criar uma nova oportunidade para a mulher argentina deixar de colocar em risco a sua saúde, de ser considerada criminosa e estigmatizada socialmente por decidir livremente sobre o seu corpo. Que mais uma vez a aprovação da lei do aborto esteja em cima da mesa é uma grande vitória do movimento social.

A lei actual condena à clandestinidade as mulheres que decidem livremente interromper a gravidez, forçando milhares a cada ano a fazer abortos ilegais sem condições higiénicas que colocam as suas vidas em risco. Cerca de 38.000 mulheres são hospitalizadas a cada ano por abortos mal realizados e, desde 1983, mais de 3.000 mulheres morreram de complicações devido a interrupções inseguras e ilegais da gravidez, totalizando estas entre 370.000 e 520.000 por ano.

Por isso, o movimento exige não só a eliminação das pré-condições actuais para abortar legalmente, mas também a garantia de acesso a serviços de saúde interdisciplinares que assegurem um acompanhamento digno da saúde da mulher durante e após o aborto, e financiamento (no âmbito do Programa Médico Obrigatório) para que qualquer mulher aceda ao serviço de saúde pública sem discriminação.

Mas a questão do investimento económico, como tantas outras, não serão resolvidas mesmo que o Senado dê luz verde à lei. Será uma grande conquista mas, uma vez mais, não nos será simplesmente dada; para que esta seja eficaz, deve ser aplicada. Como tal, outra questão fundamental será a batalha ideológica para quebrar a resistência dos médicos mais reacionários. Não podemos permitir que a chamada “objeção de consciência” condicione de tal forma o processo de aborto - inclusive atrasando o encaminhamento das pacientes - que na prática estes médicos tenham o poder de prevenir o direito ao aborto, embora a lei o permita. Por este motivo, as activistas e as revolucionárias do movimento pelo direito ao aborto livre estão cientes que a luta não termina com a aprovação da lei.

As mobilizações e a pressão social rompem com todos os esquemas. A posição do peronismo

O peronismo é um movimento polí-

tico muito heterogéneo. Nele coexistem alas que se consideram progressistas e de esquerda com outras de um marcante carácter reacionário.

Tal ficou evidente no debate sobre o aborto que tem ocorrido na Argentina nos últimos anos, no qual o Partido Justicialista (peronista) se tem mostrado claramente dividido. Foi a pressão social que obrigou o Partido Justicialista a ter de abordar esta questão. De facto, durante a presidência da peronista Cristina Fernández (de 2007 a 2015), não foi promovida ou aprovada qualquer lei para substituir a lei retrógrada actual.

A luta pela conquista do direito ao aborto livre e gratuito, o alcance e apoio social que esta tem (segundo algumas sondagens, 70% das mulheres apoiam a descriminalização total do aborto) é, sem dúvida, a energia necessária para o alcançar e obrigar os líderes peronistas a passarem das palavras vazias às ações. Esta pressão foi um grande “estímulo” para que Cristina Fernández votasse favoravelmente no debate parlamentar de 2018, apesar de ter evitado de forma consciente este assunto durante o seu mandato. Agora, como vice-presidente e presidente da Câmara Alta, ela tem o poder de, com seu voto, decidir um eventual empate.

A reação não quer ceder. O papel da Igreja Católica e da direita argentina

Tudo isso ocorre enquanto um Papa argentino se senta no trono do Vaticano. Este é descrito, até por representantes políticos que se autodenominam de esquerda, como um homem progressista; no entanto, quando há uns anos atrás se debateu e, consequentemente, se aprovou o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o Papa mostrou a sua verdadeira face ao declarar que este constituía um acto demoníaco.

No debate atual sobre o aborto, o Papa posiciona-se igualmente contra este direito. Questionado recentemente sobre a sua posição quanto à discussão sobre a descriminalização do aborto na Argentina, este respondeu: “É justo eliminar uma vida humana para resolver um problema? É justo contratar um assassino para resolver um problema? Diverte-me quando alguém diz: por que não dá o Papa a sua opinião sobre o aborto na Argentina? Pois tenho-a

dado a todo o mundo (incluindo à Argentina) desde que sou Papa”. (Aciprensa, 5 de Dezembro de 2020)

A influência da Igreja é evidente; lembremo-nos que o presidente da cidade autónoma de Buenos Aires, Horacio Rodríguez Larreta, chegou literalmente a declarar que “consagrava a sua vida e a do seu distrito ao Sagrado Coração de Jesus”.

Mas milhões de argentinos não esqueceram que a Igreja Católica não questionou em momento algum a tortura de mulheres grávidas durante a ditadura militar, ou o rapto e venda de recém-nascidos de mulheres detidas.

A luta é o único caminho

Está claro que a reação não quer ceder um milímetro que seja; por isso, face à “Maré Verde”, a direita e os manifestantes anti-aborto lançaram uma contra-maré: a “Maré Celeste” [cor da bandeira argentina, associada à Virgem Maria e à Orden de Carlos III, a mais alta condecoração do Estado espanhol que data de 1771]. Esta baseia a sua atividade na exibição de grotescas bonecas mutiladas e ensanguentadas, orações do rosário e desfiles bíblicos para coagir e marcar mulheres que desejam exercer o seu direito de abortar como assassinas.

Mas como tem demonstrado a imparável Maré Verde, conseguindo que estas mobilizações sejam conhecidas e apoiadas por todo o mundo, o apoio social dos elementos reacionários é mínimo e a instituição eclesial é o seu verdadeiro apoio.

A luta de massas pelo direito ao aborto livre e gratuito abriu mais uma oportunidade de conquistar um direito básico para as mulheres, especialmente para as mulheres jovens e trabalhadoras que arriscam as suas vidas sem qualquer garantia por falta de recursos. Apenas através da luta nas ruas poderemos decidir livremente sobre os nossos corpos, obrigar a Igreja Católica a retrair a sua influência social e avançar na meta de salvar a vida de milhares de mulheres que, ano após ano, morrem vítimas de abortos clandestinos e insalubres.

Como milhões de nós clamam, educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar e aborto legal para não morrer!



Onlyfans e o negocio da pornografia e da exploração sexual

Celia del Barrio

Libres y Combativas (Estado espanhol)

Nos últimos anos, o acesso à pornografia tornou-se mais fácil do que nunca. Os conteúdos pornográficos, na maioria dos casos extremamente violentos, estão apenas a um click, o que antecipou a idade média em que um jovem entra em contacto pela primeira vez com a pornografia para os 8 anos.

Esta pornografia feroz e a misoginia educam os rapazes e raparigas desde pequenos e modela o imaginário sexual dos jovens, que aprendem a reproduzir os actos violentos que vêem neles e tomam a submissão e humilhação das mulheres como fonte de excitação. O sexo da pornografia é violência, abuso e exploração. A pornografia desumaniza completamente a sexualidade e, sendo que a educação sexual está completamente ausente das escolas, infiltra-se nas nossas relações interpessoais desde a adolescência e perpetua a violência machista ao amarrar as nossas relações a representações pornográficas que são as únicas referências sexuais de milhões de jovens.

Desta maneira, os casos de violações em grupo, que não deixaram de se suceder no Estado espanhol e a nível internacional, são o reflexo do impacto deste negócio na juventude: a pornografia é a escola das *manadas* [alusão ao caso “La Manada” no Estado espanhol] que transportam do ecrã para as nossas ruas a violência machista mais gritante. Não é casualidade que a procura na internet das palavras “violação” ou “violação” neste tipo de vídeos continue a aumentar.

A pandemia da exploração sexual

A crise económica desencadeada pela pandemia mundial do Covid-19 não é sofrida por todas e todos por igual. Um exemplo claro é a indústria da pornografia.

A nível global, a indústria mundial da pornografia gerou, no passado ano de 2019, um lucro de 90 mil milhões de dólares com base na distribuição de gravações de autênticas violações e actos extremamente violentos. 46% das erradamente chamadas “atrizes” - que são autênticas vítimas - são compradas através do tráfico e têm de realizar as gravações constantemente sob o efeito de drogas para conseguir suportar as cenas.

Um dos portais de pornografia mais conhecidos, o Pornhub, disponibilizou gratuitamente ao público o seu conteúdo pago durante a totalidade da pandemia. Este website pornográfico declara no seu relatório de Abril que “o tráfego mundial continua a aumentar desde que a pandemia se alastrou por todo o mundo”, com um incremento máximo de 24,4% no mês de Março.

A miséria a que foi condenada, durante a pandemia, a classe trabalhadora, e especialmente as mulheres que fazemos parte dela, fez disparar em 300% os pedidos para integrar as plataformas do tipo “*camgirls*”, que consistem na realização de actos sexuais através do computador em troca de dinheiro dos usuários que as vêem. Este estilo de pornografia, que é apresentado pelos grandes empresários do sector e inclusivamente por sectores da pequena burguesia, como uma “decisão pessoal” que te pode ajudar a “sair de um problema”, esconde o mesmo horror que a pornografia “tradicional”. Como quem paga manda, a exploração sexual de raparigas e o tráfico de pessoas para escravizar o seu corpo através de uma webcam é já uma prática frequente na indústria das *camgirls*.

Onlyfans: o lobo da pornografia disfarçado de ovelha

Aproveitando a situação de absoluta precariedade e desespero causada pela gestão da crise sanitária, a indústria pornográfica criou uma nova plataforma com a qual pode continuar a expandir o seu negócio: *Onlyfans*.

Esta renovação do conceito de “*camgirls*”, que gozou de uma grande difusão especialmente entre os jovens durante a pandemia, alcançou os 30 milhões de usuários no mês de Março. Mediante uma subscrição mensal do perfil de cada usuário, na sua esmagadora maioria jovens mulheres e menores de idade, tem-se acesso aos conteúdos pornográficos, interacção e “tratamento personalizado” publicado por elas na plataforma. Desta forma, 80% do valor pago é destinado ao usuário que os publica e os restantes 20% aos bolsos da empresa.

Em pleno apogeu da crise sanitária, o *Onlyfans* recebia 500.000 novos usuários a cada 24 horas e, entre eles, 7.000 a 8.000 eram criadores de conteúdo. Apesar de formalmente só poder usar a plataforma quem tiver mais de 18 anos, não há nenhum controlo sobre isso. Segundo um documentário

da BBC “*#Nudes4Sale*” (fotografias de corpos nus à venda) o aumento do número de menores de idade que vendem conteúdo explícito, não só no *Onlyfans*, mas também no Twitter e Snapchat, é muito preocupante.

Ainda que o *Onlyfans* não se venda publicamente como uma rede social de pornografia, antes como uma “plataforma sem censura para adultos”, há que investigar o que está por trás desta plataforma que está longe de gerar um conteúdo “independente e autónomo”. O *Onlyfans* foi fundado por Tim Stokely, criador de outras plataformas como *Glamgirls* e *Custom4u*, e é administrado pela sociedade Fenix International Ltd, cujo proprietário, Leo Radvisnky, um grande nome no mundo da pornografia vinculado a reconhecidos sites de pornografia como MyFreeCams.com e MyFreeNubilestube.com. Este último, com conteúdo de pornografia hardcore com adolescentes, apenas deixou de estar disponível há quatro anos.

Os meios de comunicação, que desempenham um papel chave na perpetuação da opressão das mulheres e são uma forma de “lavar a cara” dos proxenetas e dos magnatas do negócio da pornografia e da prostituição, apresentaram manchetes como “*Onlyfans*: você também pode enriquecer como uma estrela porno” (El Mundo, 23 de Maio de 2020) ou “O fenómeno *OnlyFans*: salvou o porno ou converteu-o no novo Uber?” (El País, 9 de Novembro de 2020).

Não há aqui nada de novo, apenas a perpetuação da violência mais brutal, da objectificação do corpo das mulheres para o controlo e desfrute masculino, gerando enormes benefícios para os bolsos dos empresários através da pornografia por catálogo.

Os nossos corpos não se compram nem se vendem

Com o crescimento desta plataforma, não tardaram a fazer-se ouvir vozes “feministas”, representantes da pequena burguesia, que pretendem vender o *Onlyfans* como uma via empoderadora para ganhar dinheiro extra e que “não há nenhum problema em que uma rapariga decida quando e como mostrar o seu corpo”. Inclusivamente algumas atrizes porno e modelos conhecidas que fazem parte desta plataforma afirmam obter rendimentos de milhares de dólares por mês através da venda das suas fotografias e da “interacção com os clientes”, um autêntico canto da sereia pa-

ra os milhões de jovens e menores de idade que, perante a falta de qualquer oportunidade laboral e a impossibilidade de uma independência económica, se vêem atraídas para a indústria da pornografia, presas em círculos de prostituição, para procurar uma solução rápida para o futuro de miséria que este sistema nos reserva.

No entanto, a comercialização dos nossos corpos para encher as contas dos empresários do porno e dos proxenetas, nada tem a ver com “escolha pessoal”, “liberdade sexual” e “empoderamento”. Nenhuma mulher que tenha de vender o seu corpo para receber uma compensação económica - seja uma fotografia, uma fotografia nua em frente de uma webcam, ou as que se encontram presas em bordéis - está a tomar uma decisão “livre”. Basta! Quando a alternativa é a pobreza extrema, um despejo, ser deportada, ou passar fome, não é “livre” para escolher.

A proliferação do *Onlyfans*, assim como o aumento do consumo de material pornográfico é a prova clara da importância e da necessidade urgente de que nas nossas escolas exista uma disciplina de educação sexual para educar contra a cultura da violação, para educar para o respeito, para a igualdade, a criar relações sexuais e pessoais saudáveis, baseadas no consentimento, na fraternidade e na solidariedade entre as pessoas.

A pornografia é a escola do machismo e da escravidão sexual. A necessidade de acabar com este flagelo propagandístico da prostituição e do machismo e de quebrar as correntes das mulheres vítimas de escravidão sexual é urgente. Não queremos palavras, exigimos soluções reais: acesso a um trabalho digno para as jovens e trabalhadoras, habitação pública e acessível, saúde e educação 100% gratuitas e garantidas, direito à cidadania e revogação da lei de imigração. Estas são as medidas que deveriam ser tomadas pelo Ministerio de Igualdad [Ministério da Igualdade] se se pretende acabar de uma vez por todas com a violência sexual. A partir das Livres e Combativas continuaremos a defender implacavelmente a necessidade de derrubar este sistema e de construir uma sociedade nova, uma sociedade socialista, onde uma mulher não tenha nunca mais de vender o seu corpo para poder sobreviver.

Abolição da prostituição e da pornografia!

Transfobia e machismo voltam a matar.

ANGELITA CORREIA, PRESENTE!

Angelita Correia, uma mulher trans e brasileira, foi dada como desaparecida dia 1 de janeiro, e encontrada no dia 11, morta numa praia de Matosinhos. Tinha 31 anos, era *personal trainer* e instrutora de dança e vivia em Portugal desde 2016. A família não crê que tenha sido suicídio, insistindo no sequestro e crime de ódio — a sua irmã declara ainda que Angelita confessara já ter sido ameaçada.

Condenamos a violência machista e transfóbica que resultou no assassinato de Angelita Correia. De acordo com o *Trans Murder Monitoring Project*, entre outubro de 2019 e setembro de 2020 foram assassinadas 350 pessoas trans ou gender-queer em todo o mundo. 98% destas eram mulheres. 62% encontravam-se na prostituição. Em 50% dos casos na Europa, as vítimas eram imigrantes. A idade média é precisamente 31 anos. A violência que cai sobre todas as pessoas trans, em particular sobre as mulheres trans, é a mesma violência que matou 20 mulheres em Portugal

em 2020, e que sustenta o sistema capitalista. Esta é fruto da divisão sexual do trabalho, pilar do patriarcado e do sistema binário de género, que oprime mulheres, pessoas trans e não binárias.

A pobreza e a precariedade para que são empurradas muitas das mulheres trans torna-as vulneráveis ao assédio, à violência, à prostituição e até à morte. Para além disso, as políticas xenófobas que privam os imigrantes dos direitos mais básicos, reforçam o racismo que cai sobre esta comunidade trans e imigrante. Por isso, reivindicamos medidas que possam realmente melhorar as condições de toda a classe trabalhadora e, consequentemente, de todos os grupos oprimidos e o acesso à nacionalidade portuguesa plena sem entraves a todos os imigrantes.

Defendemos ainda o acesso ao pleno emprego e à habitação acessível e digna. Exigimos o direito absoluto à autodeterminação de género sem qualquer condicionante e o reforço do SNS,

público e gratuito sob o controle de todos os trabalhadores da saúde, a única forma de tornar a saúde pública trans-inclusiva. Reivindicamos o combate à discriminação, através da educação sexual inclusiva e da repreensão de pronunciamentos transfóbicos.

Precisamos de políticas que conservem a nossa vida e que lhe garantam dignidade. Precisamos de nos organizar, e combater a transfobia de frente. Estamos de luto, e em luta, por Angelita Correia, Gisberta Salce Júnior, e todas as vítimas fatais de transfobia no mundo.

**Nem uma a menos!
Queremo-nos vivas,
livres e combativas!**

